

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Curso de Direito

THAIS CRISTINE DOS SANTOS

Me. GISELE LAUS DA SILVA PEREIRA LIMA

**EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE: A
IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA PARA O
DIREITO A IGUALDADE**

Itatiba

2020

Dedico este trabalho à força feminina que me gerou, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial e marcante na minha vida, luto para resumir em poucas palavras, a gratidão que permeou minha breve jornada. Durante meus 23 anos, tive a sorte de viver e conviver com pessoas cheias de um amor sincero, e até mesmo épico. Um amor tão forte, capaz de nutrir e proteger, a responsabilidade desse amor é advinda da minha mãe, do meu pai e do meu irmão. Aqui, gostaria de enfatizar o papel de cada um deles na minha construção:

Minha mãe, apenas uma garota de 16 anos, que mesmo mediante a vários fatores negativos, se absteve de si, e focou em me gerar, me educar e me amar. Ela cresceu, nós crescemos juntas, nossa amizade floresce, nosso amor é imortal.

Meu pai, sendo a própria desconstrução de masculinidade tóxica, sendo o homem mais emotivo, carinhoso, e dedicado que conheço. Lutou e luta todos os dias pela união e felicidade de todos que o cercam.

Meu irmão, que chegou quando eu tinha 5 anos, e praticamente, moldou a maneira como enxergo o mundo. Sua condição de portador de síndrome de down, me fez desde criança, notar as desigualdades, os preconceitos que perseveram a nossa sociedade. A simplicidade e sinceridade do seu amor, é pra mim a coisa mais linda que existe, e me sinto completa, apenas por você me amar.

Agradeço as minhas avós, duas Marias, sem a luta diária de vocês, essa família não existiria, tão pouco seríamos felizes dessa maneira.

Agradeço, minha irmã de alma, Jéssica, pela longa e espero que eterna amizade. Ao meu primo Robson, que tem sido um amigo fiel, por quem guardo um carinho infundável, e ao meu amor, Antoni, por me mostrar um lado da vida que até então me era desconhecido, agradeço pela nossa sede de conhecimento e mudança e serei eternamente grata por esse momento que estamos vivendo, que tem sido único e memorável.

Aqui, gostaria de frisar a importância de todas as mulheres que de alguma forma, mudaram o curso da humanidade, que lutaram pelos direitos femininos, que escreveram obras e se rebelaram contra a submissão, graças a cada uma delas, foi possível escrever esse trabalho. Uma dessas mulheres é a minha querida orientadora, Gisele, que desde minhas primeiras aulas no Curso de Direito, me foi um exemplo de mulher, de profissional e de excelência no que faz. Mesmo sem tu saberes, foi um dos motivos que me mantiveram firme nesse curso, é um dos motivos pelos quais desejo estudar mais, conhecer mais, e ser também, um exemplo.

**EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE: A IMPORTÂNCIA DO
MOVIMENTO FEMINISTA PARA O DIREITO A IGUALDADE**

THAIS CRISTINE DOS SANTOS¹

RA 00201500500

¹ Aluna do Curso de Direito da Universidade São Francisco, Câmpus Itatiba.

RESUMO: A pesquisa evidencia a importância do movimento feminista, destacando o empoderamento e a representatividade para a efetividade do direito a igualdade. Para tanto, investiga o âmbito do movimento feminista e a necessidade de uma profunda mudança no que diz respeito a questões de gênero, para na sequência apresentar um breve resgate histórico das ondas do movimento feminista em busca da igualdade no mundo e no Brasil, e assim inter-relacionar com o empoderamento e a representatividade feminina como instrumento para a igualdade entre os gêneros, destacando que o movimento feminista é uma ferramenta que busca conscientizar as mulheres de que são capazes para conquistar influência e respeito dentro da sociedade na qual vivem.

Palavras-chave: Empoderamento; Representatividade; Movimento Feminista; Igualdade.

ABSTRACT: The research highlights the importance of the feminist movement, highlighting empowerment and representativeness for the effectiveness of the right to equality. To this end, it investigates the scope of the feminist movement and the need for a profound change with regard to gender issues, to subsequently present a brief historical rescue of the waves of the feminist movement in search of equality in the world and in Brazil, and so on. interrelate with women's empowerment and representativeness as an instrument for gender equality, highlighting that the feminist movement is a tool that seeks to raise awareness among women that they are capable of gaining influence and respect within the society in which they live.

Keywords: Empowerment; Representativeness; Feminist Movement; Equality.

INTRODUÇÃO

As desigualdades de gênero se manifestam em todos os âmbitos, seja ele social, político, sexual, e até mesmo no aspecto financeiro advindos das relações de trabalho. Essa condição ocorre a tanto tempo que não é mais possível traçar um ponto de partida, apenas explicar hipóteses acerca de quando a mulher perdeu sua liberdade e se tornou submissa ao sexo masculino e suas deliberações e moldou-se a partir de um processo de desigualdade. O

sexo feminino esteve em desvantagem historicamente, o que foi fruto de um sistema elaborado para transforma-las servas, objetos de troca e como forma de firmar contratos ou alianças.

Em contra partida a essa situação de desigualdade e abuso, emergem durante a história, vozes femininas dispostas a se posicionarem e lutarem pela mudança desse cenário. Essas mulheres se manifestaram isoladamente através de suas obras, e coletivamente através de seus atos e protestos. Visando direitos iguais e garantias efetivas para as mulheres, esses conjuntos de obras e atos foram nomeados como “Feminismo”, um movimento social que visa unir, conscientizar e lutar pelas mulheres.

A pesquisa evidencia a importância do movimento feminista, contextualizando e destacando a importância de dois aspectos que o movimento aborda, sendo eles o empoderamento e representatividade feminina.

Para tanto, investiga o âmbito do movimento feminista e a necessidade de uma profunda mudança no que diz respeito a questões de gênero, para na sequência apresentar um breve resgate histórico das ondas do movimento feminista em busca da igualdade no mundo e no Brasil, a sua importância ao decorrer da história e na atualidade e destacando o empoderamento e a representatividade para a efetividade do direito a igualdade.

1. O ÂMBITO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Em sentido amplo, movimento social pode ser definido como um engajamento coletivo em prol de mudança, garantia ou defesa de um objetivo. À partir do século XX diversos movimentos tomaram força expressiva para ser viabilizados e se tornarem efetivos no que diz respeito a conquista de direitos sociais fundamentais para determinados grupos que se sentiam desfavorecidos de igualdade e lutavam por mudanças na sociedade na qual se encontravam inseridos.

Diversos movimentos surgiram e ganharam força com o tempo, o movimento pelo feminismo, por exemplo, sempre visou defender e conquistar o direito a igualdade da mulher na sociedade. A definição do feminismo, portanto é atemporal, conforme exposto por Branca M. Alves e Jaqueline Pitanguy (1985, p. 07): “É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja o feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que

se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias”.

É sabido que há a necessidade de uma profunda mudança no que diz respeito a questões de gênero, sendo assim diversas entidades públicas, privadas e âmbitos políticos, organizam-se para haja a introdução desses assuntos em seus cenários. Entretanto quando há o uso da nomenclatura feminismo, persiste a associação a algo nocivo, proveniente de um conjunto de ideais que devem ser combatidas. Isso de dá, devido a desconstrução que a sociedade infringiu ao movimento, com o objetivo de deprecia-lo, uma vez que implica desconforto a um sistema patriarcal que já está habituado a direitos e oportunidades desiguais.

Em tese, grande parte dessa desigualdade possui embasamento religioso, cultural e mitológico, exemplificado pela história da Grécia Clássica e pelas tradições judaico-cristãs, na quais Pandora e Eva desempenharam o mesmo papel de demonstrarem curiosidade e por sua vez ocasionarem desgraças para humanidade e a expulsão do homem do Paraíso. (GARCIA, 2011).

O mundo tem sua definição estabelecida no substantivo masculino, o que foi atribuído por homens e repassado entre gerações, nutrindo um contexto hostil a aqueles que não se enquadravam ou aos que tentam mudar essa realidade. Durante a história, o feminismo tem sido uma ferramenta poderosa para trazer à superfície as necessidades de mudança em inúmeros aspectos referente aos direitos e garantias da mulher, e através do movimento, que são fomentadas reflexões e críticas à injustiças baseadas em predominância masculina.

O movimento tem sido imprescindível para a busca de igualdade, e para o rompimento da estrutura que foi criada ao decorrer do tempo por uma sociedade patriarcal, que em diversos contextos estabeleceram as mulheres como sendo uma posse, inferior e submissa aos homens. (SCOTT, 1986).

Uma das principais ferramentas utilizadas durante o tempo para a opressão estrutural da mulher, é o sistema denominado como patriarcado, que surgiu na Grécia Antiga, e definiu o homem não só como o líder de sua família, mas como o líder de todas as relações de importância dentro de uma sociedade. Essa definição se deu meramente através de conceitos religiosos e sexuais, onde fora considerado que a mulher seria responsável por todas os deveres domésticos, uma vez que ela tem o papel de gerar e conceber os filhos, fica assim disposto a ela todas as responsabilidades advindas de um lar, enquanto os homens possuem o dever de provedores, líderes sociais e políticos, com poderes de tomada de decisões que

regulamentam a vida em sociedade, restringindo a mulher apenas a poder de decisões sob o ambiente familiar, e mesmo assim, de forma limitada, tendo em vista que o homem, participando ativamente na criação de leis, costumes e normas, pode determinar o que é certo e errado, da maneira que lhe convém. (RODRIGUES, 2016).

A estrutura social do patriarcalismo na qual vivemos, interfere de forma extremamente negativa a realidade das mulheres de todo o mundo, no Brasil por exemplo:

Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Dentro de casa, a situação não foi necessariamente melhor. Entre os casos de violência, 42% ocorreram no ambiente doméstico. Após sofrer uma violência, mais da metade das mulheres (52%) não denunciou o agressor ou procurou ajuda. (FRANCO, 2019).

Através desses dados, entendemos que o sistema patriarcal perdurado por tanto tempo, possibilita que os homens oprimam as mulheres quando não agem de acordo com suas vontades, diante de qualquer atitude em discordância, o homem se vê no direito de usar de diversos tipos de abuso, seja ele físico, psicológico ou sexual, para impor a soberania que se acha possuidor. Algo que já deveria ter sido mudado e apagado da nossa história, porém, mesmo com tantos esforços, esse tipo de conduta ainda faz parte da nossa realidade atual, e assombra a vida de muitas mulheres.

Foi através do movimento feminista que houveram inúmeras reivindicações, que possibilitaram a conquista de direitos, leis, normas e garantias para as mulheres. Além de proteção, o feminismo busca mudar esse cenário de opressão e submissão, visa diminuir e acabar com o sofrimento de mulheres oprimidas por essa força invisível que chamamos de patriarcado.

2. A LUTA POR DIREITOS IGUAIS ATRAVÉS DAS ONDAS FEMINISTAS

No que diz respeito a contextualização histórica, é difícil definir uma marca no tempo de quando o movimento surgiu, levando-se em conta que sempre houveram mulheres que se posicionaram diante injustiças impostas ao seu gênero, mesmo que, em quase todas as situações, tenham sido silenciadas e seus ganhos tenham sido desconsiderados o suficientemente para serem esquecidos.

Muitas mulheres deixaram sua marca e seu legado na construção do feminismo, mesmo que o movimento ainda não tivesse uma nomenclatura estabelecida e não se organizasse em grupos, já existiam figuras femininas fortes que lutavam para viver de

maneira mais igualitária e que lutavam por outras mulheres que sofriam injustiças. Tendo como exemplo, Cleópatra, Hipátia de Alexandria, Barbára de Alencar, Mary Shelley, Ching Shih, Flora Tristan, entre muitas outras. (SCOTT, 1986).

Durante a evolução do movimento feminista, houveram diversos atos e conjuntos de momentos marcantes, que causaram impactos e acarretaram mudanças nos direitos das mulheres. Esses conjuntos de atos, são chamados de Ondas, e são classificados em três grandes ondas que marcaram a história.

A primeira onda começa a surgir, a partir do discurso iluminista, que trazia busca por igualdade, liberdade e fraternidade, as mulheres começaram a refletir sobre a sua condição dentro da sociedade e passaram a contribuir de maneira teórica e prática dentro de revoluções da época. Com a Revolução Industrial e também a Revolução Francesa, muitas agitações surgiram durante o Século XVII, especificamente na Europa. Diversas organizações femininas começaram a se manifestar, desencadeando um sentimento de insatisfação cada vez mais crescente nas mulheres, pois pela primeira vez em muito tempo, haviam conseguido ocupar um lugar diferente daquele que lhes fora dado e perdurado.

Entretanto, findada a Revolução Francesa, foi divulgado um documento denominado como “Direito do homem e do cidadão” no qual as mulheres não foram inclusas como seres provenientes de direitos, pois foram cedidos somente aos homens. Nesse momento, muitas mulheres continuaram a se manifestar, principalmente intelectualmente, foi em 1759, que a escritora francesa Mary Wollstonecraft lança sua marcante obra *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*, onde a autora diz “Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens; mas sobre si mesmas.”, essa obra foi vital para o nascimento da inconformidade feminina, trazendo pensamentos de que as mulheres precisavam participar de maneira igualitária da vida em sociedade, e os direitos recentemente conquistados, deveriam inclui-las. (TRISTAN, 1839).

Em que pese, essas manifestações não tenham alcançado direitos efetivos, foram importantes para a construção de ideais e para sustentar decisões que se tornariam a concretização de uma conquista real. Através desses alicerces teóricos, nasceu a primeira onda feminista, que só viria de fato começar no século XIX e foi marcada pelo evento histórico da reivindicação das mulheres pelo direito de votar, que visava a inclusão da mulher na vida política e cívica, visto que até aquele momento, a mulher era tida como um ser totalmente dependente e submissa as vontades e decisões do homem.

Esse momento, ficou conhecido como Movimento Sufragista, que ocorreu entre o fim do século XIX e início do século XX, e mesmo com muita organização e planos de ação, as mulheres foram inicialmente ridicularizadas pelos homens, que não compreendiam e nem aceitavam as manifestações feitas. Foi necessário criar grandes agitações para que as mulheres ganhassem mais visibilidade, ainda que de forma negativa, a população começou a refletir, e passaram a se questionar o motivo daquelas revoltas, tendo em vista que estavam tomando grandes proporções, era preciso entender as motivações.

Enquanto isso, na Grã-Bretanha, as manifestações do movimento estavam cada vez mais violentas e extremas, pois os protestos pacíficos não estavam surtindo efeitos na reivindicações, foi então com a morte da militante Emily Davison, na Inglaterra, que ao se atirar na frente de uma cavalaria do Rei Jorge V, a militante viria a se tornar um símbolo daquela luta, o que trouxe visibilidade e até mesmo relevância para a pauta que estava a tanto tempo sendo discutida, porém ignorada.

Nos Estados Unidos, uma parte das mulheres uniram a luta pela abolição da escravidão junto ao sufrágio, e o movimento abolicionista alcançou o êxito primeiro, então é importante destacar um momento celebre, que contribuiu de forma marcante para o movimento, a fala de uma ex escrava, Sojourner Truth, que ao discursar em uma conferência, logo após a conquista por sua liberdade, em 1827, disse:

Sou uma mulher de direitos. Tenho tantos músculos quanto qualquer homem, e posso trabalhar tanto quanto qualquer homem. Tenho arado e ceifado e cortado e aparado, e pode algum homem fazer mais do que isso? Tenho ouvido falar muito sobre igualdade dos sexos. (...) o homem está num espaço apertado, o pobre escravo parte para cima dele, a mulher parte para cima dele, certamente ele está entre um falcão e uma águia. (Marcus Robinson, 1851).

Durante a evolução do feminismo, um fator interessante é como cada grande líder do movimento que surgia, criava uma vertente de acordo com o meio social que pertencia. Por exemplo, na primeira onda, surgiram feministas negras, que junto com reivindicações de direitos das mulheres, lutavam sobre tudo, pelo direito dos negros, e abolição da escravatura.

Não é à toa que existe uma linha de pensamento que trata o feminismo com o termo “mulherismos”, pois se trata de um movimento plural, com diversas concepções, dado que os motivos de conflitos nascem de acordo com a luta que a mulher precisa travar para obter direitos e igualdade, na circunstância na qual está inserida.

Como é pontuado de maneira completa pela autora Zirzel (2007, p. 17): “as particularidades acontecem devido à interpretação das diferentes opressões vividas por cada

grupo, inserido em cada momento histórico e nas estratégias adotadas para a superação das desigualdades e na conquista da emancipação desejada”.

Enquanto isso, no país europeu Nova Zelândia, Katherine Wilson Sheppard, em 1847, liderou um movimento que conquistaria um grande feito, trazendo uma válida mudança na vida da mulher naquele país, que se tornaria pioneiro e impulsionaria o mesmo desfecho em outros países pelo mundo, o país se tornou o primeiro a afirmar o direito de voto das mulheres, no ano de 1893.

As conquistas sufragistas estavam apenas começando, foi após muitos protestos, greves de fome, como feito por muitas mulheres dentro do movimento na Grã-Bretanha, que em 1918 o direito de votar foi conquistado em toda Grã-Bretanha e posteriormente, após diversos comícios feitos nos Estados Unidos, o direito de voto fora conquistado em 1920.

No Brasil, esse movimento foi tomando espaço através dos meios de comunicação da época, ou seja, no universo jornalístico. As mulheres valeram-se da escrita, como uma aliada a militância e pela conquista da independência. Com o tempo, começaram a entrar em evidência, conquistar espaço e o primordial, conquistaram relevância, o que na época não era dado as mulheres, principalmente em um ambiente de predominância masculina, como no jornalismo.

Foi através da personalidade Josefina Álvares de Azevedo, escritora e jornalista, natural de Recife, que em 1888 fundou o jornal A Família, que nasceram as primeiras manifestações públicas do feminismo no Brasil, pois foi por meio do seu jornal, que o público feminino foi atingido com pensamentos de autonomia. Não se limitando ao jornal, Josefina oportunizou o sufrágio feminino no Brasil, através do artigo O Direito de Voto, que escreveu em 1890, e também da peça teatral O Voto Feminino, tornando-se escritas fundamentais para o início de discussões feministas que viriam a trazer direitos para mulheres em todo o país.

Com grande influência do Partido Republicano Feminino (PRF), que faziam manifestações públicas e pressionavam o governo para lhe fosse conferidos o direito de voto, somente em 1927, que o movimento sufragista no Brasil teve sua primeira conquista, com o devido reconhecimento de alistamento eleitoral de mulheres, esse marco ocorreu no Estado do Rio Grande do Norte e contribuiu de forma excepcional para as conquistas adiantes, estendendo a todo território nacional no ano de 1932 e incorporado a Constituição Federal de 1934, mesmo que de forma facultativa, o voto feminino, tendo sido equiparado ao voto masculino apenas em 1965 pelo Código Eleitoral.

A segunda onda do movimento feminista, irá trazer um debate mais profundo sobre a condição na qual a mulher se encontra dentro da sociedade, passando a levantar questionamentos como por exemplo, o que era de fato ser uma mulher, e o motivo delas terem todas as atribuições físicas, psicológicas e comportamentais que lhe foram atribuídas. Essa onda começou em 1960 e foi até 1980, e teve três principais pensadoras que ajudaram a compreender e guiar o movimento, uma delas foi a escritora francesa, Simone de Beauvoir (1908-1986), que escreveu em 1949 uma obra chamada O Segundo Sexo, onde iniciou-se uma ampla reflexão a respeito da experiência vivida pelo gênero feminino, dentro dessa obra, podemos destacar o seguinte trecho:

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam o feminino. (Simone de Beauvoir, 1949, p. 1)

Através da reflexão acerca dessa frase, diversas mulheres adeptas do movimento, se colocaram em estado de indignação, buscaram através de discussões a mudança desse lugar de subordinação na qual se encontravam.

Partindo desse pressuposto, temos uma das principais pensadoras por trás da segunda onda, que foi Betty Friedan (1921-2006), escritora e ativista estado-unidense, que trouxe diversos questionamentos importantes para o movimento, através do seu livro A Mística Feminina (1963), a escritora levantou pontos como o papel da mulher dentro de diversos cenários na sociedade, sendo eles, nas indústrias, na sua função “primordial”, o lar, e para a nutrição do capitalismo, uma vez que a mulher estava sendo usada de maneira exacerbada para consumir, e esses fatores estavam as destruindo, causando-lhes depressão, desespero e ansiedade.

Esses pensamentos, nunca antes colocados sob a superfície, foram de extrema importância, pois através deles, as mulheres de todo o mundo, lutaram cada vez mais por direitos e mudanças nos costumes que trouxessem uma realidade mais igualitária, e foi no ano de 1975, que esses debates causaram impactos mais fortes, tornando-se oficialmente, o Ano Internacional da Mulher, declarado pela ONU (Organização das Nações Unidas).

No Brasil, vivia-se um cenário de repressão, dado pela Ditadura Militar, onde as mulheres se reuniam e em 1972 manifestou-se em São Paulo, um grupo pioneiro de mulheres, que se reuniam para falar de diversas pautas, dentre elas, o feminismo e a necessidade de uma reforma na maneira na designação da mulher em sociedade. Podemos destacar dois momentos

que foram notáveis, o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, ocorrido em São Paulo, e a criação da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, que resultou no Centro da Mulher Brasileira.

Até esse ponto da história, já havia sido consolidado o alicerce do movimento feminista, fundado nos discursos políticos, filosóficos e intelectuais, que tinham como objetivo principal finalizar os padrões patriarcais impostos até então e a conquista de igualdade para as mulheres.

Entretanto, a primeira e a segunda onda, deixaram imprecisões, e assuntos que precisavam ser discutidos mais a fundo, é a partir desse descontentamento, que nasce a Terceira Onda, no ano de 1990, e é marcada pela redefinição nas táticas abordadas e o recorte de acordo com a necessidade de cada grupo de mulheres. Foi na terceira onda, que se começa a segmentar o feminismo, de maneira que foi possível entender que haviam diversos grupos dentro do movimento, visto que as necessidades eram de acordo com a realidade de cada mulher e a vivência que lhe cercava.

Embora esse assunto tenha começado a ser discutido na primeira onda, com o discurso de Sojourner Truth, já mencionado anteriormente, foi somente na terceira fase que foram discutidos os enquadramentos centrais da mulher diante do movimento feminista, pois até aquele momento, o foco das discussões, atenção e privilégios, era a mulher branca e de classe média-alta.

Com esse debate levantado, pode-se perceber, que o feminismo deveria ser discutido de acordo com as necessidades de cada grupo de mulheres, para que as reivindicações fossem feitas de acordo com a demanda.

O que nos leva ao ponto de que dentro do movimento feminista, existia racismo e preconceito de classes, como em qualquer outro âmbito da vida em sociedade. Entretanto, as mulheres negras, e brancas trabalhadoras de classe baixa, precisavam de uma reforma nesses sistemas de desigualdade, no âmbito trabalhista e econômicos.

Lideradas pelos pensamentos da escritora e ativista negra, Angela Davis, passaram a apontar suas necessidades, e conquistaram uma reestruturação dentro do movimento. A escritora em questão, publicou em 1981, a obra *Mulheres, raça e classe*, que apontava inúmeros erros e desigualdades que precisam ser revistos e corrigidos, como por exemplo, o fato das mulheres brancas de classe média-alta, lutarem pelo direito de voto no movimento sufragista de 1848, mas como algumas mulheres defendiam o preconceito de raças e classes, e

mantinham a ideia de que as mulheres deviam permanecer apenas no âmbito familiar, já que elas eram privilegiadas economicamente, e não se preocupavam com cenários distintos.

O final da terceira onda, foi marcado pelo entendimento de que as mulheres precisavam enxergar as diferenças entre si, discuti-las e lutar pela igualdade entre todas.

3. EMPODERAMENTO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA

A luta do feminismo vai além da busca por direitos, mas uma de suas batalhas principais, sempre foi por representatividade, respeito e empoderamento, pois o movimento em diversos contextos foi considerado e generalizado como algo transgressor. Essa consideração nada mais é do que o sistema do patriarcado tentando manter seu lugar de privilégio e liderança, pois através dessa cultura de desmerecimento, o movimento perde sua relevância e aceitação. Como se não bastasse as desigualdades e injustiças cotidianas, o movimento feminista se vê diante uma luta que precisa ser travada todos os dias, que é a de se provar como um movimento social sério, que efetivamente conquista direitos e garantias para as mulheres através de suas manifestações, sejam elas práticas ou teóricas.

Embora, tenham pessoas que digam que o movimento não se faz mais necessário, uma vez que as mulheres já se encontram em plena igualdade aos homens, a realidade nos mostra um cenário contrário, pois a desigualdade salarial, a submissão social, a falta de segurança doméstica e o mito da beleza, ainda sujeitam as mulheres a situações de desigualdade e injustiças.

Posto isso, partimos para uma reflexão analisada a muito tempo dentro do movimento, que teve como protagonista, o ato denominado como “queima de sutiãs” ocorrido em 1968 nos Estados Unidos. Esse ato, questionou os padrões de beleza e comportamentos aferidos as mulheres e se tornou um marco no que diz respeito ao empoderamento feminino, as mulheres passaram a se questionar com mais intensidade o motivo de suportarem anos de opressão masculina, e isso as incentivou a lutarem por mudanças.

Neste ponto, podemos destacar um aspecto estrutural que é imposto às mulheres, uma ferramenta de limitação e controle. É através de padrões de beleza exigidos pela sociedade e propagados principalmente pela mídia, que a mulher se vê diante a um ideal estético quase inalcançável, que as restringem a um único biotipo certo, que na grande maioria das vezes

exigem tratamentos estéticos destrutíveis e dietas de emagrecimento que são prejudiciais a saúde e ao bem estar. (WOLF, 1991).

Esse padrão de beleza é vantajoso para o capitalismo, pois é na busca para se encaixar, que o público feminino se tornou o maior consumidor de produtos e conteúdos que reafirmam uma estética ideal. Para os homens, esse cenário também é interessante, pois enquanto as mulheres ocupam seu tempo com questões de beleza, não se interessam por diversas áreas importantes, nas quais poderiam estar investindo o seu tempo e dinheiro. Além do fato de que, uma mulher frustrada por não ter alcançado esse padrão e que não se sinta bonita o suficiente, muitas vezes se sente incapaz para ocupar um cargo de liderança ou importância.

Como explicado pela escritora e jornalista Naomi Wolf em sua celebre obra, *O Mito da Beleza*: “uma fixação cultural na magreza feminina não tem uma obsessão pela beleza, mas uma obsessão pela obediência feminina” (1991, p. 247).

É através do empoderamento que a mulher encontra a liberdade para quebrar esse padrão, e entende que é suficiente e relevante, independentemente de sua aparência física, mas com base em seus estudos, méritos e características naturais. O empoderamento trás para a mulher a consciência dos direitos e costumes com os quais realmente merece viver, proporciona entendimento de que a submissão não é um comportamento normal ou natural, seja ela no âmbito que for. A partir do instante que as mulheres descobrem em si esse poder, se tornam capazes de questionar a cultura patriarcal e exigem igualdade de fato.

Outro fator muito importante que precisamos analisar, é a representatividade da mulher nos âmbitos que envolvem liderança, seja político, trabalhista ou social. Esse fator é essencial para que outras mulheres e meninas, consigam almejar uma carreira, independência e voz ativa na sociedade, pois sem a devida representação, o feminino continua sendo ligado a figura doméstica e cuidadora. A visualização de mulheres que conquistam espaço na ciência, nos ramos tecnológicos e em todo o mercado de trabalho, inspira outras mulheres a lutarem pelo mesmo objetivo, e não se limitarem ao espaço de servidão.

É sabido que a evolução da representatividade, se desenvolve de maneira distinta por todo o mundo, pois temos países ainda totalmente dominados pelo patriarcado, que baseiam suas decisões políticas e sociais de acordo com a soberania masculina, é o que ocorre por exemplo na maioria dos países mulçumanos, onde as decisões, penas e comportamentos femininos são baseados em honras meramente definidas pela religião, o que proporciona para as mulheres desses países, uma realidade com inúmeras formas de abuso, o que gera para elas, uma figura de total subordinação e representatividades negativas.

Apesar da situação de extrema desigualdade em que vivem essas mulheres, temos um exemplo de força feminina demonstrada pela ativista Malala Yousafzai, que em um dos seus inúmeros discursos, diz com veemência “Falo não por mim mas por aqueles sem voz, aqueles que lutaram por seus direitos, seu direito de viver em paz, seu direito de ser tratado com dignidade, seu direito à igualdade de oportunidade, o seu direito de ser educado.” (2013).

No Brasil, assim como na grande maioria dos países ocidentais, possuímos direitos e garantias já conquistadas e também uma representação muito maior, embora ainda não sejam o suficiente para a devida equiparação aos homens. Um exemplo desse atraso, é o fato de um banheiro feminino ter sido inaugurado no Senado Federal apenas no ano de 2016, outro fato importante é destacado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que afirma que o Brasil é o 154º país em um ranking de 193 nações, no que diz respeito a representatividade feminina na política.

Isso nos remete a realidade de que as mulheres ainda precisam lutar muito para conquistarem espaços em lugares de poder, pois mesmo sendo capazes e extremamente qualificadas, a igualdade não existe. A falta de representação feminina está interligada a todo o contexto histórico de anos de repressão doméstica e silenciamento de suas vozes, embora isso esteja mudando, ainda há muito a ser feito. O movimento feminista é uma ferramenta que busca conscientizar as mulheres de que são capazes para conquistar influência e respeito dentro da sociedade na qual vivem.

Suas vertentes sempre foram de acordo com as necessidades de grupos segmentados de mulheres, de forma que não é possível falarmos do feminismo sem destacar a importância do feminismo negro, que foi principiado e evidenciado pelo discurso de Sojourner Truth no século IX e também pela escritora americana Angela Davis, assim como é preciso destacar a militância de Judith Butler, que discute afincamente questões de gênero e sexualidade.

Entretanto, essas segmentações não separam e nem dividem o movimento, apenas demonstram as diversas vertentes que precisam ser estudadas e valorizadas, pois todas elas possuem raízes revolucionárias, que lutam por direitos e igualdade.

É inquietante, como desde o início das manifestações do feminismo até hoje, os pilares das desigualdades de gênero tenham se mantido, pois se compararmos uma obra de 1969 aos tempos atuais, conseguimos visualizar diversos aspectos que ainda se enquadram em nosso contexto:

é evidente, uma vez que se lembra que forças armadas, indústria, tecnologia, universidades, ciência, cargos políticos e finança – em suma, cada caminho para o

poder dentro da sociedade, incluindo a força coercitiva da polícia, está inteiramente em mãos masculinas (Millett, 1969, p. 25).

O fato de ser possível traçar um paralelo entre um livro escrito em meados dos anos 60, com o ano de 2020, nos remete ao principal motivo da luta do movimento feminista, aponta o caminho que precisa ser trilhado por todas as mulheres, o de lutar por igualdade, para que os direitos e garantias continuem sendo adquiridos, e não retirados.

As mulheres nascidas entre os anos 1990 e 2000, cresceram e foram beneficiadas pelas mudanças conquistadas pelas ondas do movimento que vieram anteriores a elas, entretanto, ao se depararem com a vida adulta, percebem que a igualdade ainda é um objetivo a se alcançar. A promissora Quarta Onda do movimento, que se iniciou no ano de 2011, trata-se exatamente sobre a importância das mulheres entenderem quem são de fato, como sujeitos individuais e inseridos em sociedade, é sobre tomarem a ciência de que não precisam se enquadrar ou respeitar um padrão a muito tempo estabelecido por um sistema misógino, mas são seres capazes de obter liberdade, seja ela sexual, profissional, pessoal e de expressão. (VALENTI, 2016).

O empoderamento apresenta-se estritamente ligado a libertação de opressões estruturais estabelecidas ao longo do tempo. Empoderar-se de si é realmente necessário e não há dúvidas de que seja uma experiência individual que traz profundas mudanças positivas para a vida de uma pessoa. Entretanto, não é possível sem que a sociedade já tenha passado por essas mudanças, ou ao menos iniciado debates que as permitam. Nesse contexto, visualizamos a importância que o movimento feminista permeia, uma vez que tais discussões são iniciadas e proporcionadas por mulheres adeptas do movimento. (BERTH, 2019).

É através dessa libertação que se inicia a luta por garantias e direitos iguais, é pelos questionamentos que o movimento planta, e pelas bandeiras levantas, que as mulheres assumem controle sobre suas carreiras, se sentem fortes para denunciar abusos e lutar por justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista não se trata de uma inversão de liderança, ou seja, de substituir o sistema patriarcal por um possível matriarcal, mas concerne a uma perspectiva de igualdade, que visa o fim de opressões sociais aferida as mulheres. Essa mobilização é de extrema relevância para a luta pela igualdade feminina em equiparação ao sexo masculino e, essa isonomia almejada, vem evoluindo durante a história, advindo de inúmeros feitos que foram conquistados por mulheres adeptas a essa luta.

É por intermédio da representatividade e do empoderamento, que as mulheres tomam conhecimento de seus direitos, e da necessidade de uma sociedade com leis e costumes igualitários, que não façam distinção por mera classificação de gênero, raça ou classe social. Nesse ponto, é veemente destacar que o feminismo contribuiu para o alarde de várias injustiças sociais, para além de somente denunciar as injustiças aferidas as mulheres, mas o movimento se preocupa em ser plural, e lutar por classes desfavorecidas. Em suma, o empoderamento e a representatividade da mulher, tem sido assuntos recorrentes e muito abordados pelas mídias. Os termos estão sendo tão utilizado, que o sentido se perdeu em meio a propagandas e desmerecimento proposital, seja por um mero uso errôneo do conceito, ou como forma de suprimir uma força que o patriarcado estrutural deseja silenciar.

Entretanto, o empoderamento e a representatividade são ferramentas basilares para a compreensão de autossuficiência, independência e autocontrole, o processo de se empoderar, é um caminho para que a representatividade ocorra, e a representatividade só é possível por que mulheres se empoderaram e buscaram lugares de evidência, liderança e relevância, ou seja, um conceito é estritamente dependente do outro, trazendo a reflexão de que caminham juntos para um só objetivo, que é libertar as mulheres dos paradigmas de submissão estabelecidos socialmente.

Mesmo em nossa atualidade é difícil visualizar uma sociedade que tenha oportunidades e direitos iguais, pois na prática, ainda vivemos sob um regime desproporcional, injusto e imparcial. Por esse motivo, o movimento feminista se reinventa, permanece e evolui, dando continuidade a uma luta que precisa ser travada todos os dias, por aqueles que acreditam de fato na justiça.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: volume 2. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e a subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2003

2006.

BERTH, Joice. **Empoderamento (Feminismos Plurais)**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen Livros, 2019.

BEZERRA, Juliana. Voto Feminino no Brasil. Toda Matéria, ano 2020. Disponível em:

<<https://www.todamateria.com.br/voto-feminino-no-brasil/>>. Acesso em 28 abr. 2020.

GASPARETTO, Antonio Junior. Segunda Onda Feminista. Info Escola, ano 2006. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/segunda-onda-feminista/>>. Acesso em 29 abr. 2020.

MCCANN, Hannah, tradução RODRIGUES, Ana. **O livro do feminismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

Nova Zelândia concedeu o direito ao voto para as mulheres. Opinião & Notícia, ano 2014.

Disponível em: <<http://opiniaoenoticia.com.br/cultura/nova-zelandia-concedeu-o-direito-ao-voto-para-as-mulheres/>>. Acesso em 26 abr. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro – Para além de um discurso identitário**. Revista Cult, 2016.

PORFÍRIO, Francisco. Movimento sufragista. Mundo Educação. Disponível em:

<<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica/sufragio-feminino.htm>>. Acesso em 26 abr. 2020.

XIMENIS, Guillermo. Conquista do direito ao voto feminino no Reino Unido completa 100 anos. EFE. Londres, ano 2018. Disponível em:

<<https://www.efe.com/efe/brasil/educacao/conquista-do-direito-ao-voto-feminino-no-reino-unido-completa-100-anos/50000242-3515283/>>. Acesso em 26 abr. 2020.

Vídeo, Youtube. Ondas feministas | História e vertentes do feminismo. Se liga nessa história, ano 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zGHdDnKw8Cc>>. Acesso em 21 abr. 2020.

2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e trabalhos científicos monográficos vencedores – 2007. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,